

## O SEGUNDO SEXO NO CANTEIRO DE OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

## EL SEGUNDO SEXO EN ZONA DE OBRA DE LA CONSTRUCCIÓN CIVIL

## THE SECOND SEX IN CONSTRUCTION SITE OF CONSTRUCTION SECTOR

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.56941>

Marina Boaretto Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a inserção das mulheres no setor da construção civil, em particular nos canteiros de obra, e identifica a divisão sexual presente nesses espaços. Nosso objetivo é estudar o impacto gerado pelo desempenho desigual dos corpos feminino e masculino no processo de execução de determinadas atividades no canteiro de obras. Importa refletir sobre os conceitos de sexo e gênero e sobre a forma como as diferenças entre os sexos se correlacionam com a divisão sexual do trabalho. Conclui-se que as diferenças entre os sexos influenciam o processo de trabalho e a forma de inserção das mulheres nos canteiros de obra da construção civil.

**Palavras-chave:** Mulheres. Trabalho. Canteiro de obras. Construção Civil. Brasil.

**Resumen:** Este artículo analiza la inserción de las mujeres en el sector de la construcción civil, particularmente en las zonas de obras, e identifica la división sexual presente en estos espacios. Nuestro objetivo es estudiar el impacto generado por el desempeño desigual de los cuerpos femeninos y masculinos en el proceso de realización de determinadas actividades en la zona de obra. Es importante reflexionar sobre los conceptos de sexo y género y sobre las formas en que las diferencias entre los sexos se correlacionan con la división sexual del trabajo. Se concluye que las diferencias entre sexos influyen en el proceso de trabajo y en la forma en que se incluye a las mujeres en las obras de construcción.

**Palabras clave:** Mujeres. Trabajo. Zona de obras. Construcción Civil. Brasil.

**Abstract:** This article analyzes the insertion of women in the construction sector, particularly on construction sites, and identifies the sexual division present in these spaces. Our objective is to study the impact generated by the unequal performance of female and male bodies in the process of carrying out certain activities on the construction site. It is important to reflect on the concepts of sex and gender and how differences between the sexes correlate with the sexual division of labor. It is concluded that differences between the sexes influence the work process and the way in which women are included in construction sites.

**Keywords:** Women. Work. Construction site. Construction Sector. Brazil.

### *Introdução*

Historicamente é atribuída às mulheres a responsabilidade com o trabalho doméstico e o cuidado da família, atividades relacionadas à reprodução da vida humana. Visto ser esse trabalho não remunerado, cada vez mais as mulheres são compelidas a se lançar no mercado de trabalho, de modo a conseguirem arcar com o próprio sustento e o de sua família, realizando assim duplas ou triplas jornadas. Observa-se então, de forma constante, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho tanto formal quanto informal. Vale ressaltar que, no contexto brasileiro, a inserção feminina no mercado

de trabalho não ocorreu de forma homogênea entre os diversos grupos de mulheres, como por exemplo, no caso de grande parcela das mulheres negras e pardas que, desde a colonização, já acumulavam as responsabilidades do trabalho doméstico com outros tipos de trabalho.

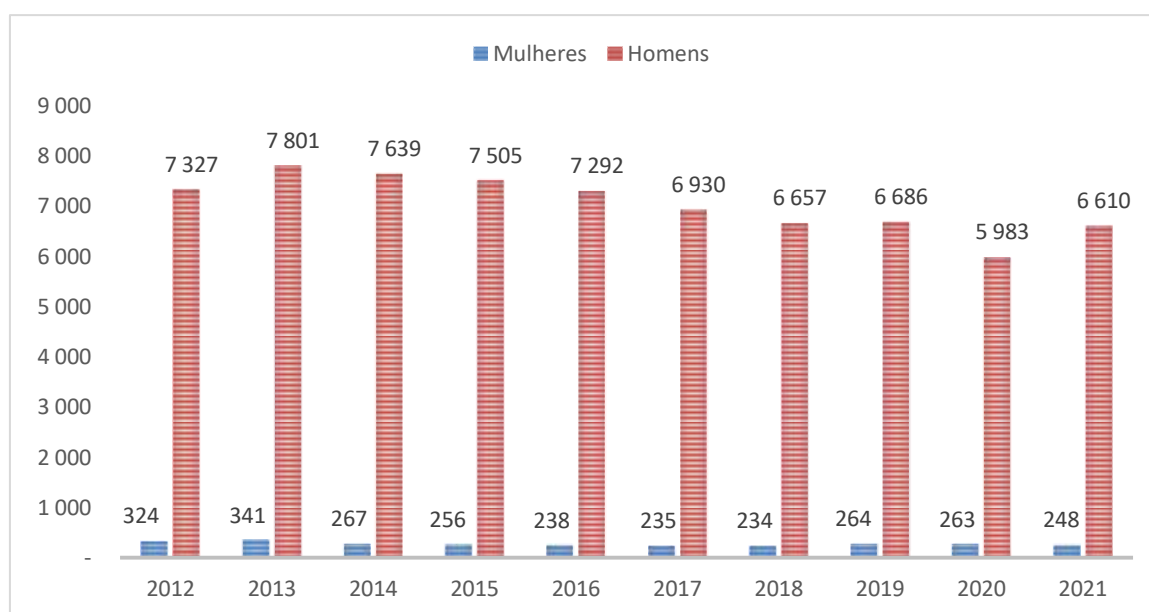
No Brasil, pesquisas recentes apontam que a força de trabalho feminina vem sendo incorporada de forma variada a depender da ocupação<sup>2</sup>. Atualmente a participação das mulheres é mais expressiva na atuação em áreas administrativas, como profissionais das ciências e intelectuais, destacando-se também no setor de serviços, comércios e mercados, e em ocupações elementares. Por outro lado, sua participação é pouco significativa como membros das forças armadas, das polícias e bombeiros militares, como operadoras de instalações e máquinas, e montadoras, como operárias e artesãs, e como trabalhadoras da agropecuária e florestais, e em atividades ligadas à caça e à pesca.

Ou seja, a incorporação de mulheres ainda é bastante restrita em ocupações que são historicamente associadas ao gênero masculino, que, a grosso modo, demandam maior uso de força física, e/ou são exercidas em condições que envolvem maior risco à vida. A construção civil, em especial as atividades no canteiro de obras, é um caso que engloba essas condições, sendo, não por coincidência, extremamente pequena a participação das mulheres.

### ***A mulher na Construção Civil***

A força de trabalho feminina na construção civil no Brasil é quantitativamente pequena. Conforme revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua do IBGE, considerando tanto o trabalho formal quanto o informal, o setor da construção civil contava, em 2021, com um contingente de 6.858.000 trabalhadoras/es, sendo 6.610.000 (96,39%) de trabalhadores do sexo masculino e 248.000 de trabalhadores do sexo feminino (3,61%), revelando a expressiva concentração masculina neste setor. (Gráfico 1)

**Gráfico 1.** Contingente de trabalhadoras/es na construção civil por sexo 2012 a 2021

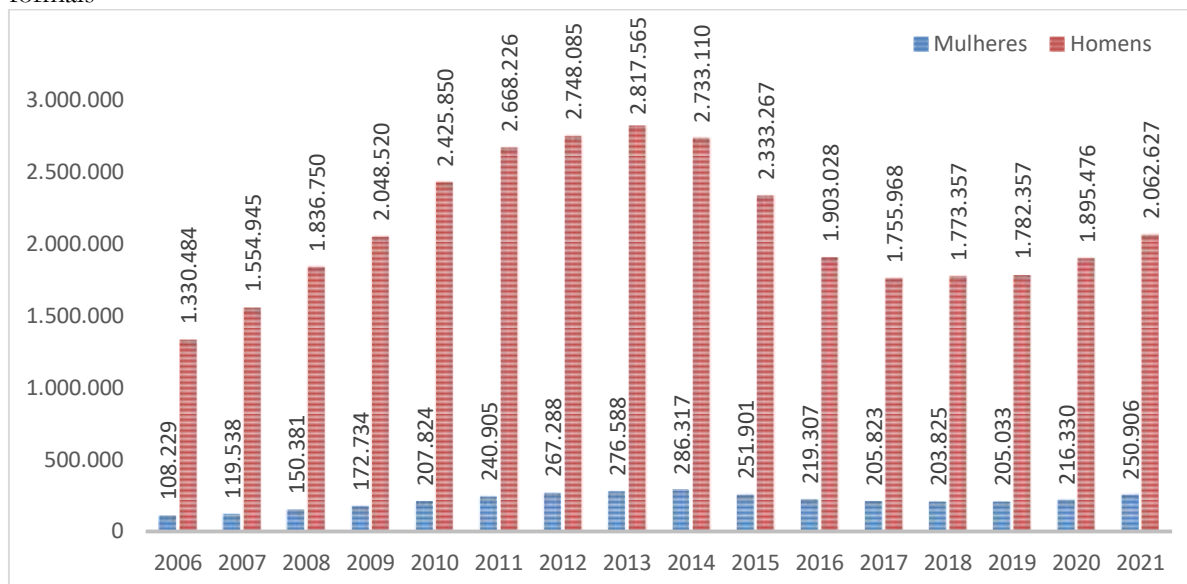


Fonte: Ministério da Economia (ME) – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012/2021.  
 Nota: Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e de quintas visitas em 2020 e 2021.  
 Elaborado pela autora.

Se considerarmos apenas o mercado formal podemos observar um percentual maior de participação relativa das mulheres. Segundo dados de 2021, o contingente de trabalhadoras/es na construção foi de 2.313.533, sendo 2.062.627 (89,15%) de vínculos masculinos e 250.906 (10,85%) de vínculos femininos.

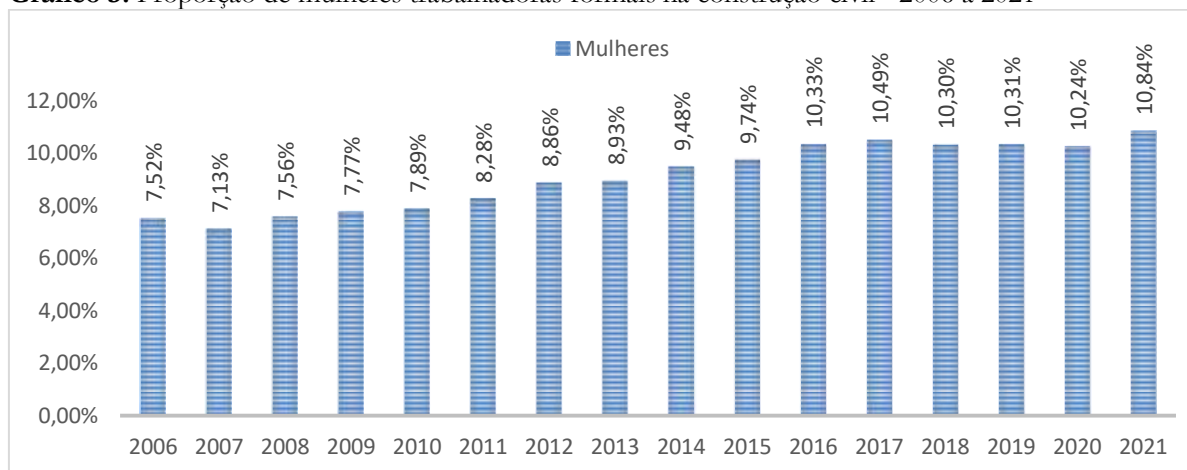
Com relação à evolução do número de trabalhadoras/es no setor, durante os últimos anos (2006 - 2021), podemos constatar que a expressiva concentração masculina no setor foi uma constante. (Gráfico 2)

**Gráfico 2.** Contingente de trabalhadoras/es na construção civil por sexo 2006 a 2021 – RAIS - empregos formais



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaborado pela autora.

**Gráfico 3.** Proporção de mulheres trabalhadoras formais na construção civil - 2006 a 2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaborado pela autora.

Entretanto, se analisarmos em termos relativos, podemos observar que o percentual de mulheres no setor, embora ainda discreto, sofreu um aumento no período analisado, em que a participação feminina, que era de 7,52%, em 2006, subiu para 10,84%, em 2021, evidenciando um processo de feminilização neste ramo. (Gráfico 3)

### ***A mulher no canteiro de obras***

O direito da mulher ao trabalho nos canteiros de obra no mercado formal foi uma conquista recente e sua presença nesses espaços segue sendo um enorme desafio. Em 1943, com a aprovação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) que regulamenta as relações de trabalho no país até os dias atuais, foi estabelecida a proibição do trabalho da mulher em determinadas atividades, como no caso do trabalho nos canteiros de obra da construção civil. Essa determinação era revestida de um caráter protetivo às mulheres que, sob justificativa de salvaguardar a saúde delas, encobria o caráter violento e repressivo da proibição.

Com a promulgação da Constituição de 1988, essa restrição foi revogada pela Lei nº 7.855 em 1989. Portanto, somente a partir de 1989, as mulheres adquiriram o direito de trabalharem nos canteiros de obra da construção civil, em mercado formal regido pela CLT. A partir desse momento, já em 1990, encontramos projetos institucionais de incentivo ao trabalho feminino nos canteiros de obra, como por exemplo o Projeto Mulher Constrói, criado pela Federação das Mulheres Pernambucanas (FMP), em convênio com a Companhia de Habitação Popular de Pernambuco (Cohab).

Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), que objetivava fomentar a igualdade entre homens e mulheres a partir da formulação de políticas de combate às discriminações de gênero, governos federal, estadual e municipal passaram a se colocar favoráveis à entrada feminina no mercado de trabalho em ocupações historicamente masculinas. No bojo dessas políticas, foram promovidos diversos programas e ações visando à inserção das mulheres no setor da construção, como por exemplo, em projetos de capacitação profissional da mão de obra feminina voltadas para o trabalho no canteiro de obras. Dessa forma, impulsionada por uma série de incentivos, a presença de mulheres na construção civil e nos canteiros de obra, embora ainda pouco significativa, foi gradativamente se ampliando nos últimos anos, em particular no mercado formal.

Segundo dados<sup>3</sup>, as mulheres trabalhadoras no setor formal da construção civil estão sendo incorporadas principalmente em atividades administrativas e intelectuais, como arquitetas, engenheiras, administrativas etc. – grupo jocosamente chamado pelas/os pedreiras/os de “as/os trabalhadoras/es de ar condicionado”. Por outro lado, foram poucas as mulheres incorporadas nas atividades operacionais dos canteiros de obra como pedreiras, pintoras, mestres de obras etc. Ou seja, a participação da força de trabalho feminina acontece de forma desigual entre esses dois segmentos, observando-se a maior presença das mulheres em ocupações que exigem maior escolarização.

Dentro dos canteiros de obra, a inserção das mulheres acontece de forma genericada e limitada, onde elas são direcionadas a funções que exigem menos força física, e/ou demandam

características tidas como femininas, como nas atividades de acabamento e limpeza, confirmando a manutenção da mulher em atividades que se relacionam com o trabalho doméstico historicamente produzido por elas.

A problemática relativa ao lugar da mulher na construção civil exige um olhar que supere a superficialidade. Para além da constatação da manutenção da divisão sexual do trabalho consideramos fundamental uma investigação sobre os aspectos relacionados às noções de sexo/gênero e à forma como esses aspectos biológicos e sociais condicionam o desempenho de homens e mulheres nos canteiros de obra e influenciam incorporação das mulheres no trabalho da construção civil.

### ***Divisão sexual do trabalho***

A *divisão sexual do trabalho* enquanto conceito analítico é encontrada em diversos estudos e teorias. A questão da divisão e da separação dos trabalhos de acordo com o gênero (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) não representa em si uma desigualdade de poder. Isso só acontece quando a divisão sexual do trabalho acompanha uma hierarquia de valor. Podemos apontar dois critérios que influenciam esta relação hierárquica: 1. o trabalho do homem tem mais valor; 2. a especificidade do trabalho tem mais valor (trabalho qualificado ou desqualificado).

Identificamos duas principais abordagens em relação ao conceito de *divisão sexual do trabalho*. A primeira utiliza o conceito a partir da perspectiva de conciliação de papéis sociais, trazendo a ideia de complementaridade e reciprocidade da distribuição do trabalho, noções que partem de uma suposta igualdade entre homens e mulheres, em que é ressaltado o princípio de parceria e abafada a noção de hierarquia de poder (DURKHEIM, 1893). Nesse caso, as desigualdades entre os sexos são constatadas, porém não contestadas. A segunda abordagem entende a *divisão sexual do trabalho* em termos da relação social entre homens e mulheres, em que aspectos como antagonismo, contradição, dominação, exploração e poder são ressaltados (MATHIEU, 1991; TABET, 1998; DELPHY, 1998; SAFFIOTI, 2015; HIRATA E KERGOAT, 2007). Este artigo se aproxima da segunda perspectiva que evidencia as hierarquias de poder presentes nas relações entre homens e mulheres. Em concordância com Tabet (1998) e Matthieu (1991) utilizaremos o conceito de divisão sociossexual do trabalho ressaltando a importância desse de que esse conceito seja compreendido também enquanto uma construção social, enfatizando assim a existência de importantes mecanismos socialmente determinados que se articulam com a “biologia”.

### ***Sexo e gênero ou sexo/gênero?***

Os conceitos de “*sexo*” e “*gênero*” são abordados sob diversas perspectivas, objeto de polêmicas teóricas e políticas, particularmente dentro dos movimentos feministas. Os termos são comumente utilizados como forma de distinção de corpos e comportamentos dos seres dos sexos feminino (fêmea) e masculino (macho). Estão presentes tanto nos estudos das ciências sociais quanto das ciências naturais, extrapolam o âmbito acadêmico e científico, circulando na esfera do cotidiano das pessoas. Ainda que

diferentes definições se apresentem, de modo geral, o termo “*sexo*” remete a diferenças ligadas à noção biológica, corporal e anatômica dos seres, dando ao “*sexo*” um sentido mais fixo e consequentemente menos alterável. Por outro lado, o termo “*gênero*” remete à noção de que a identidade e o comportamento dos indivíduos são sócio-simbólica e historicamente construídos, e dessa forma mais flexíveis e transformáveis.

A partir dos anos 1960, em especial na França e Estados Unidos, cresce o volume de estudos e ações que visam evidenciar as opressões sofridas pelas mulheres e denunciar a naturalização dos papéis sexuais. Nos fins dos anos 1970, o conceito de “*gênero*” passa a ter uma repercussão significativa na literatura feminista ocidental. Alinhadas à antológica afirmação de que “*não se nasce mulher, torna-se mulher*” (BEAUVOIR, 1949), intelectuais feministas recorreram e investiram no uso do termo “*gênero*” como forma de combater o essencialismo biológico e sua implícita imutabilidade expressa na afirmação da “*anatomia como destino final*”. As feministas, no empenho de argumentar contra o “determinismo biológico” e a favor do “construcionismo social”, colocaram o termo “*gênero*” quase que numa “blindagem” impermeável às “contaminações” das teorias e formulações a respeito de uma identidade essencial ao ser homem e ao ser mulher.

No esforço político e epistemológico para remover as mulheres da categoria da natureza e colocá-las na cultura como sujeitos sociais na história, construídas e auto-construtoras, o conceito de gênero tendeu a ser posto em quarentena contra as infecções do sexo biológico. (HARAWAY, 2004, p.218)

Embora o conceito de “*gênero*” tenha ajudado a combater o essencialismo biológico latente naquele período e tenha aberto caminhos para a desnaturalização das ideias construídas sobre o feminino e o masculino, o amplo uso e a ênfase no termo também foram e seguem sendo alvos de críticas. Um dos principais argumentos contra o uso do termo diz respeito à neutralidade do conceito, o qual, não explicita o caráter de dominação/exploração dos homens em relação às mulheres. “*Gênero não implica necessariamente desigualdade ou poder, nem aponta a parte oprimida*” (SAFFIOTI, 2004, p.112). O tom “neutro” nesse caso abre a possibilidade para o ocultamento da dimensão crítica e conflitual das desigualdades. “*Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro.*” (*ibid.*, p.138). A autora recusa o uso exclusivo do termo gênero e defende a utilização do termo aliado ao conceito de patriarcado (*ibid.*, p.132).

Outro argumento presente no debate diz respeito à supervalorização do termo “*gênero*” em detrimento da utilização do termo “*sexo*”, o que ampliou a distinção e a dicotomização sexo/gênero. Esse afastamento entre os termos contribuiu tanto para a biologização do conceito de “*sexo*”, não o concebendo também como construção social e histórica, quanto, por outro lado, para a generalização do termo “*gênero*” como um conceito a-histórico. Com efeito, se “*gênero*” é tido como exclusivamente social e a-histórico, não haveria aí um risco de construção de um essencialismo inverso, um “essencialismo social”, não se levando em consideração o corpo e suas funções? Podemos nos indagar até que ponto é possível conceber “*sexo*” e “*gênero*” enquanto categorias de análise supostamente autônomas, que apenas se

relacionam, mas que não configuram uma unidade em si. É possível separar analiticamente o corpo físico do corpo social?

Saffioti (2004, p.110) nos alerta para esse risco e afirma que “*o ser humano deve ser visto como uma totalidade, na medida em que é uno e indivisível*”. Em concordância com Saffioti, o antropólogo francês Edgar Morin questiona essa dualidade e aponta o equívoco de se analisar o ser humano de forma dissociada entre ser biológico versus social:

esta dualidade antitética homem/animal, cultura/natureza, esbarra contra toda a evidência: é evidente que O homem não é constituído por duas camadas sobrepostas, uma bionatural e outra psicossocial, é evidente que não transpôs nenhuma muralha da China que separasse a sua parte humana da sua parte animal; é evidente que cada homem é uma totalidade biopsicossociológica (MORIN, 1988, p.4).

O autor aponta para o paradoxo de pensar a cultura/social como algo posterior ou adicional à uma matéria prima, no caso o “ser humano biológico”:

Se o Homo sapiens surgiu bruscamente todo armado, isto é, dotado de todas as suas potencialidades, como Atena nasceu do cérebro de Zeus, mas de um Zeus inexistente, como Adão nasceu de Eloim, mas de um Eloim recusado, nesse caso donde veio o homem? Se se concebe o ser biológico do homem, não como produtor, mas como matéria-prima da qual se modela a cultura, nesse caso, donde veio a cultura? Se o homem vive na cultura, mas trazendo em si a natureza, como pode ser simultaneamente antinatural e natural? (*ibid*, p.5).

Em concordância com as/os autoras/es, se partirmos da premissa de que a biologia é intrinsecamente interativa com o social, qual seria então o alcance das práticas comportamentais de gênero sobre nossa expressão biológica, e como nosso corpo biológico influenciaria essas expressões sociais? Será que as relações entre homens e mulheres e as noções atreladas a gênero são puramente “arbitrários culturais”? Fatores ligados ao sexo biológico são capazes de contribuir para determinações nos comportamentos e nas formas de se relacionar entre mulheres e homens?

### ***Diferenças entre os sexos e a divisão sociosexual do trabalho***

Diferenças entre os sexos não são difíceis de perceber, para além das diferenças em relação às funções que cada grupo possui na reprodução da espécie, a morfologia e a fisiologia de machos e fêmeas são distintas. Aspectos evidentes dessas diferenças residem na capacidade exclusiva das fêmeas de gerar uma vida - gestação, parto e amamentação -, e na diferença de tamanho comum entre o macho e a fêmea – sendo os machos, de modo geral, maiores que as fêmeas.

Por que existem diferenças entre homens e mulheres? Por que na maioria das sociedades essas diferenças são acompanhadas por uma divisão de funções? Por que as atividades produzidas pelo grupo masculino são diferentes daquelas produzidas pelo grupo feminino? Para se refletir sobre essas perguntas torna-se importante debruçarmo-nos sobre a história da espécie humana em seus diferentes contextos e condições históricas.

O ser humano cultural está na Terra há cerca de 2.000.000 anos; por mais de 99% desse período, viveu na condição de *caçador e coletor*. Somente nos últimos 10.000 anos o ser humano começou a

domesticar plantas e animais, a usar metais e a aproveitar outras fontes de energia além do corpo humano. Em termos de densidade populacional, dos estimados 150 bilhões de seres humanos que já viveram na Terra, mais de 60% viveram como *caçadores e coletores*; cerca de 35% viveu da agricultura, enquanto aproximadamente 5% viveram em sociedades industriais (LEE E DEVORE, 1968).

Os ensaios etnográficos sobre a organização da sociedade e os papéis assumidos por homens e mulheres no período das *sociedades de caçadores e coletores*, remetem, em sua maioria, a narrativas que apontam para a existência de uma divisão das funções entre os dois grupos sexuais. As descrições dessa divisão do trabalho oferecem um quadro de funções diferenciadas exercidas pelo grupo masculino e pelo grupo feminino de seres humanos, em que o primeiro assume principalmente o papel de caçador enquanto o segundo assume principalmente o papel de coletores de alimentos, para além das funções diretamente relacionadas à reprodução (MURDOCK E PROVOST, 1973; LEE E DEVORE, 1968).

Por mais que possamos questionar o grau de determinismo dessas atividades vinculadas ao grupo sexual, dificilmente poderemos refutar a ideia de que cabia às mulheres as funções relacionadas à reprodução da vida, como a gestação, o parto e o aleitamento.

Não é possível esquecer que, sob condições primitivas, antes da emergência de instituições da sociedade dita civilizada, a unidade mãe-filho era absolutamente fundamental para a perpetuação do grupo. A criança só contava com o calor do corpo da mãe para se aquecer, assim como com o leite materno para se alimentar. (SAFFIOTTI, 2004, p.120).

Assim, ao longo de milhares de anos, homens e mulheres produziram atividades diferentes que demandavam habilidades e geravam sensações e experiências distintas, seja no uso do corpo ou na forma de pensar. Dessa forma, é importante analisarmos a divisão sexual do trabalho também do ponto de vista da aquisição ou não de certas habilidades físico-cognitivas, ou seja, do complexo de conhecimentos ao mesmo tempo técnicos, manuais e intelectuais adquiridos com o tempo por meio da realização e repetição de determinadas atividades.

Podemos inferir dessa forma que o trabalho diferenciado com base na divisão sociossexual entre os seres humanos do sexo masculino e os do sexo feminino, durante milhares de anos, produziu seres com características, habilidades e capacidades diferentes. Sob essa perspectiva, concordamos com El-hani, 1995 (*apud* Andrade, 2011) quando se refere à relação entre genótipo e ambiente, produzida de forma interativa, sendo as características do organismo um produto sintético da coevolução de fatores genéticos e ambientais. Esses fatores fazem parte de um sistema coeso de relações de modo que suas influências são transformadas reciprocamente no curso da interação. Dessa maneira, o comportamento e a cognição não podem ter sua constituição dissociada de uma interação da estrutura biológica e de redes de relações socioculturais.

Assim, partimos da premissa de que tanto a fisiologia dos corpos quanto as expressões comportamentais e cognitivas foram se constituindo historicamente de forma indissociável. A partir desse pressuposto, como é possível mensurar o peso dessa herança milenar na constituição de mulheres e homens no mundo moderno? Até que ponto as diferenças entre homens e mulheres e seus respectivos



papéis na sociedade podem ser transformadas? Como calcular a maleabilidade e a temporalidade dessas transformações? A ciência e a tecnologia são capazes de interferir nessa questão?

Embora a diferença entre homens e mulheres tenham, sob muitos aspectos, caráter fixo e quase imutável - como a reprodução, por exemplo - é importante ressaltar que os papéis que cada grupo possui ou possa vir a possuir na sociedade sofrem influência de diversos outros fatores, como contextos culturais de dominação e exploração.

O fato de que mulheres e não homens geram filhos não é (ainda) uma escolha social, mas que mulheres e não homens criam filhos em uma sociedade estruturada pela heterossexualidade compulsória e dominação masculina é claramente uma escolha social (HARTSOCK, 2017, p.293).

A paridade em cargos políticos pode ser um desafio de meio século, enquanto que desconstruir a ditadura de padrões de beleza também pode ser algo alcançado em um curto período de tempo. Por outro lado, se pensarmos na possibilidade de mulheres adquirirem a mesma proporção de peso corporal que a média dos homens provavelmente estaríamos frente a um desafio de muitos e muitos séculos. Nesse sentido, torna-se fundamental distinguir entre características menos variantes ou “quase imutáveis” da vida humana, como a capacidade de gerar vida das mulheres, com aquelas que, apesar de serem vistas como imutáveis e quase universais, são certamente transformáveis, como a heterossexualidade compulsória.

Com o advento da ciência e da tecnologia, deparamo-nos com um contexto de novas possibilidades capazes de transformar determinações milenarmente sociobiológicas relacionadas, por exemplo, à reprodução social ou ao aumento da expectativa de vida, que praticamente dobrou nos últimos cem anos. Nesse sentido, as diferenças entre os sexos vão sofrendo cada vez mais a influência das novas descobertas técnico-científicas.

O debate sobre a evolução e o funcionamento dos corpos humanos não instigam apenas a curiosidade sobre a história da espécie humana, mas representam um campo de disputa de discursos e ações, e por consequência de poder. A relação entre os termos “*sexo*” e “*gênero*” assume muitas formas capazes de produzir diferentes versões das histórias, fundamentar ideologias e legitimar posições e ações políticas. O discurso social sobre o corpo natural, muito longe de ser neutro, é uma arma de guerra e de colonização bastante eficiente, utilizada há séculos, de diferentes formas. Como ocorre, por exemplo, nas políticas eugenistas contra negros, indígenas, judeus etc., seus impactos extrapolam o que é entendido como discurso e têm efeitos sinistros e reais na vida das pessoas.

Dada à presença do patriarcado na maior parte das sociedades humanas e à sua incorporação na linguagem e hábitos, é razoável supor que o discurso científico hegemônico é também um discurso moral patriarcal onde o “*normal*”, “*geral*”, “*padrão*”, “*neutro*” é apresentado como o masculino. Assim a produção e a organização do conhecimento sobre o mundo e sobre a nossa própria espécie produziram visões hierárquicas em que prevalece o masculino em detrimento do feminino. “*Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois elas são, a um tempo, juiz e parte.*” (BARRE *apud* BEAUVOIR, 1949).

Sem dúvida, pesquisar as diferenças biopsicossociológicas entre homens e mulheres num contexto de patriarcado, com seu discurso moral sobre o normal e o patológico, nunca seria igual se

estivéssemos nos remetendo a um contexto de patriarcado. Não é à toa que muitas feministas optaram por trabalhar e investir na categoria “gênero” e não “sexo”. Pesquisar sobre gênero parece ser um campo mais fértil e otimista, exatamente pelo caráter mais amplo e “maleável” do termo. Mas isso significa que devemos desconsiderar as questões que envolvem as diferenças “biológicas”? Será que o feminismo tem pouco a ganhar com esse debate? Quando sabemos que abafar as diferenças no contexto de patriarcado é sinônimo de abafar o feminino, até que ponto não estamos exercendo uma violência contra as mulheres? O estudo e a demonstração das diferenças biopsicossociológicas obstruem os objetivos feministas?

Para muitas/os feministas a aproximação entre o pensamento evolucionista e o pensamento feminista não é bem-vindo. Essas/es autoras/es ressaltam o uso do termo “*gênero*” e acreditam que as diferenças psicológicas entre os sexos têm pouca relação com a evolução, e que são, em grande parte ou exclusivamente, construídas socialmente. Com receio de se aproximarem de um essencialismo e determinismo, relutam em reconhecer a existência de diferenças psicológicas sexuais evoluídas, interpretando as abordagens evolutivas como antitéticas e na contramão dos objetivos políticos de igualdade de gênero. Acreditamos que a relutância de muitas/os feministas em reconhecer as diferenças psicobiológicas evoluídas entre homens e mulheres decorre de dois mal-entendidos comuns: o *mito da imutabilidade* - ou seja, se somos assim seremos assim para ~~todo o~~ sempre. Se os homens se apresentam como mais violentos que as mulheres, assim o serão para sempre, essa característica seria imutável; e a *falácia naturalista* - se somos naturalmente assim é porque devemos continuar sendo assim. Se as mulheres são historicamente responsáveis pelo cuidado com as crianças, é natural que elas continuem sendo.

É legítima a preocupação de grupos feministas de que, se comprovada que as diferenças psicobiológicas entre homens e mulheres existem e evoluíram, alguns podem alegar que as diferenças de sexo/gênero “devem” existir e essas teorias podem, portanto, ser usadas sob uma ótima epistemológica patriarcal para oprimir as mulheres e interferir na conquista da igualdade de gênero. Entretanto a recusa à exploração das questões relacionadas às diferenças sociobiológicas entre homens e mulheres pode ter como efeito a presunção de falsas igualdades que arrastam consigo uma série de consequências indesejadas, em especial para o grupo em desvantagem. Reconhecer as diferenças entre homens e mulheres é evitar presumir supostas equivalências que podem limitar a capacidade de produção de conhecimento e a formulação de estratégias mais adequadas de luta por emancipação das mulheres.

### ***A produtividade masculina x feminina nos canteiros de obra***

O estudo sobre as diferenças entre mulheres e homens torna-se relevante visto que essas diferenças influenciam no desempenho da execução das atividades nos canteiros de obra, o que conseqüentemente produz diferenças em termos de produtividade das/os trabalhadoras/es. A grosso modo, quanto mais o trabalho demandar esforço físico maior será a diferença de desempenho entre mulheres e homens. Embora tenham desempenhos diferentes ambos os sexos são capazes de exercer todas as atividades relacionadas ao canteiro de obra. A depender da atividade, o desempenho feminino será mais ou menos parecido com o masculino.

Para o sistema capitalista é imperativo a busca pela captação máxima de lucro, ou seja, a máxima exploração possível da força de trabalho. O desempenho desigual dos corpos feminino e masculino produz diferenças de produtividade no processo de produção e por consequência diferenças na captação de mais-valor para o capitalista. Isso significa que a produtividade inferior das mulheres em determinadas atividades, como no caso daquelas realizadas nos canteiros de obra, representa, no sistema capitalista, um fator determinante para a exclusão deste grupo nessas atividades. Nesse sentido, a exclusão e ausência de mulheres trabalhando nos canteiros de obra é menos uma questão de incapacidade feminina de executar determinadas atividades no canteiro, e mais uma questão relacionada à exigência do capitalismo na busca de maior produtividade da força de trabalho.

### ***Considerações finais***

A partir dessa investigação foi possível constatar a manutenção da histórica divisão sexual do trabalho, em que a incorporação de mulheres ainda é bastante restrita em ocupações que são historicamente associadas ao gênero masculino, que, de modo geral, demandam maior uso de força física e/ou são exercidas em condições que envolvem maior risco à vida, como no caso das atividades exercidas nos canteiros de obra da construção civil. O peso da herança milenar relacionado à divisão sexual do trabalho direciona as mulheres a determinadas atividades associadas historicamente ao gênero feminino.

A divisão sexual do trabalho na construção civil pode ser observada na polarização entre trabalho dentro ou fora dos canteiros de obra. A participação das mulheres é maior em atividades técnica e administrativas. Por outro lado, ainda é insignificante o contingente de mulheres incorporadas às atividades operacionais nos canteiros de obra, exercendo funções como pedreiras, pintoras, mestres de obras etc.

O pequeno grupo feminino incorporado em canteiros de obra assume funções relacionadas ao acabamento e limpeza, que exigem atributos relacionados às características tidas como historicamente associadas ao sexo/gênero feminino que, de certa forma, representam uma extensão do trabalho doméstico.

A definição de uma prática que requer grande esforço físico como algo restrito aos homens é uma atribuição incorporada pela sociedade a partir de processos históricos, sociais e políticos de afirmação das diferenças de gênero. Embora ambos os sexos sejam capazes de exercer todas as atividades relacionadas ao canteiro de obra, a menor produtividade das mulheres em determinadas atividades representa, para o sistema capitalista, fator determinante para a exclusão do grupo feminino nesses espaços.

Percorrer outros campos do conhecimento em especial a biologia, antropologia, história e sociologia, permitiu-nos uma abordagem multidisciplinar para este tema tão complexo que é a inserção feminina em atividades historicamente associadas ao sexo masculino, como ~~no caso do~~ trabalho nos canteiros de obra.

Reconhecer as diferenças entre homens e mulheres é evitar presumir supostas igualdades que poderiam acarretar em desvantagens para o grupo feminino. Integrar aspectos biológicos aos sociais, construir novas epistemologias que pensem a dicotomia sexo/gênero articulada à temporalidade dos processos humanos torna-se fundamental para alavancar novas possibilidades de ação e teoria na formulação de estratégias mais adequadas de luta por emancipação das mulheres.

**Referências:**

- ANDRADE, Francisco Leal de. **Determinismo biológico e questões de gênero no contexto do ensino de biologia: representações e práticas de docentes do Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1949.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Manual de orientação RAIS – Relação Anual de Informações Sociais: Ano-Base 2017**. Brasília: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, 2018.
- EL-HANI, Charbel N. **O insustentável peso dos genes: a persistência do determinismo genético na mídia e na literatura científica**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- HARAWAY, Donna J. **Primate visions: Gender, race, and nature in the world of modern science**. Routledge, 1989.
- HARAWAY, Donna J. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. cadernos pagu (22), p. 201-246, 2004.
- HARTSOCK, Nancy CM. **The feminist standpoint: Developing the ground for a specifically feminist historical materialism**. Nova York e Londres: Routledge, p. 565-592, 2017.
- HIRATA, H. **Divisão – relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**. Em Aberto, Brasília, MEC/Inpe, v.1, n.65, p.39-49, 1995.
- MURDOCK, George P., e PROVOST Caterina. **Factors in the Division of Labor by Sex: A Cross-Cultural Analysis**. Ethnology 12, n.º. 2. Pittsburgh: University of Pittsburgh, p. 203-25, 1973.
- KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- MORIN, E. **O Paradigma perdido – A natureza humana**. 4ª ed. Lisboa: Publicações Europa – América, 1988.
- OLIVEIRA, T.S. **A inserção das mulheres na construção civil: um retrato midiático sobre a expressão e reprodução da feminilidade no setor**. Em: YANNOULAS, S. C. (Org.) **Trabalhadoras**. Brasília: Editorial Abaré, 2013a.
- FERREIRA, Verônica [et al.] (orgs.) **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

**Notas:**

<sup>1</sup> Mestra em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (PROURB/FAU), pesquisadora no Laboratório de Direito e Urbanismo - LADU (PROURB/FAU/UFRJ) e no Coletivo de Estudos sobre Urbanismo e

---

Periferia - PERIFAU (UFRJ), Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2594941160242061>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8740-1437>, e-mail: [marina.boaretto@fau.ufrj.br](mailto:marina.boaretto@fau.ufrj.br)

<sup>2</sup> Dados coletados com base no documento “*Divulgação especial. Mulheres no mercado de trabalho*”. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

<sup>3</sup> Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM

Recebido em: 02 de out. 2023

Aprovado em: 26 de jan. 2023